

CORREIA, Rivadávia

*dep. fed. RS 1894-1902 e 1904-1910; min. Just. 1910-1913; min. Faz. 1913-1914; pref. DF 1914-1916; sen. RS 1916-1920.

Rivadávia da Cunha Correia nasceu em Livramento (RS) em 9 de julho de 1866, filho de José Bento Correia e de Ana da Cunha Correia.

Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre e São Paulo e nessa última cidade formou-se pela Faculdade de Direito em 1887. Como estudante redigiu, ao lado de Raul Pompéia e Coelho Neto, o periódico *A Onda*. Ainda durante o Império defendeu as causas abolicionista e republicana e foi membro do Clube Republicano 20 de Setembro no Rio Grande do Sul. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual constituinte em São Paulo em 1891.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tomou posse em maio e, duas vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Não disputou a reeleição em 1903 porque rompeu politicamente com Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul (1891; 1892; 1893-1898) e principal líder do PRR. Contudo, em 24 de outubro de 1903, com a morte de Castilhos, o PRR passou por uma reformulação em suas lideranças. Rivadávia Correia candidatou-se então, em eleição especial realizada em 1904 para preencher a vaga de Xavier do Vale, que falecera, e foi eleito. Reeleito em 1906 e 1909, permaneceu na Câmara até 1910, quando renunciou para assumir o Ministério do Interior e Justiça, nomeado pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914). Durante seus anos como deputado federal, integrou a Comissão dos 21, que deu parecer sobre o projeto do novo Código Civil, cabendo-lhe o capítulo sobre o regime hipotecário; foi presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, ocasião em que relatou o tratado sobre a Lagoa Mirim e escreveu parecer de apologia à obra de Rio Branco; foi relator da Comissão de Orçamento, e dedicou-se à resolução do problema habitacional no Rio de Janeiro.

Já como ministro da Justiça, decretou, por delegação do Poder Legislativo, as reformas do Ensino e da Justiça do Distrito Federal. Permaneceu na pasta de novembro de 1910 até agosto de 1913, quando foi nomeado ministro da Fazenda, depois da renúncia de Francisco Sales (1910-1913). Com o final do governo de Hermes da Fonseca, deixou o Ministério da Fazenda, mas o novo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) o nomeou prefeito do Distrito Federal. Em 1916 renunciou à prefeitura para assumir a cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com o falecimento do senador gaúcho Pinheiro Machado, para a qual foi eleito.

No campo jornalístico, foi redator do *Correio Paulistano* e de *República*, e fundou e dirigiu o periódico *Ganganelli*, todos em São Paulo.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1920.
Publicou *A verdade sobre a situação financeira no Brasil* (1919).

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; ALMEIDA, A. *Vultos*; *Dicionário biográfico dos senadores do Rio Grande do Sul*; MARTINS, A. *Escritores*; TEIXEIRA, M. *Gaúchos*.